

O patrimônio imaterial e a sustentabilidade de sua salvaguarda



Antonio A. Arantes

cultura política que é implícita ou explicitamente implementada por essas instituições.

A presente reflexão diz respeito especificamente às políticas oficiais de salvaguarda do patrimônio cultural de natureza imaterial, ou seja, à proteção e valorização dos conhecimentos, formas de expressão, celebrações e lugares que singularizam os diferentes grupos formadores da sociedade nacional e seu território, tal como estabelece a Constituição Federal Brasileira. Mas os princípios gerais deste raciocínio aplicam-se a outros setores das políticas culturais.

Delineando inicialmente o contexto mais geral em que o problema ganha a sua significação contemporânea, farei referência ao que venho designando “paisagens de história”. Refiro-me a populações e a territórios cuja paisagem natural e cujo patrimônio cultural são identificados tanto pelas populações envolvidas quanto por especialistas (historiadores, geógrafos, museólogos, arquitetos e antropólogos, entre outros) como distintivos e, por essa razão, objetos de salvaguarda e recursos úteis ao desenvolvimento de produtos de mercado. Esses grupos humanos e territórios encontram-se, de modo geral,

Programas e políticas sociais de educação, de distribuição da renda, de cultura entre outros – conduzidos por instituições públicas ou privadas – alcançam, com frequência, apenas parcialmente os seus objetivos. Uma das principais razões desse insucesso reside na dificuldade de se incorporar ao desenho, aos procedimentos de implementação e à avaliação dessas ações os interesses e projetos das populações-alvo e estimular a sua capacidade de tomar decisões e de se articular estrategicamente. O argumento que desenvolvo nestas reflexões é de que o ponto crucial dessa questão encontra-se no modo como se estabelece a articulação entre as agências executoras de políticas sociais e os segmentos sociais envolvidos, ou seja, na

envolvidos por sistemas de circulação de pessoas, signos, bens e capital associados a um mercado ampliado (não apenas local ou regional), e não raramente, à economia e à cultura globalizadas.

Essa noção remete a processos que são ao mesmo tempo locais, intra, inter e trans-nacionais. É, por exemplo, o caso do turismo e das atividades desenvolvidas por instituições de comunicação e pela indústria cultural, assim como o das exposições internacionais e comemorações de centenários que, tendo sido realizadas com forte sentido de afirmação nacional desde o século XIX, são, hoje, indissociáveis do complexo cenário emergente que articula cultura e política ao mercado e ao entretenimento.

Convém particularizar alguns aspectos desse contexto.

A circulação e o consumo de bens culturais encontram-se entre os principais ingredientes das mudanças que ocorrem nos estilos de vida e na formação de fronteiras simbólicas em todo o planeta. Mas é sempre útil insistir que, longe de simplesmente criar homogeneidade, o mercado global estimula a geração e circulação de todo tipo de recursos capazes de produzir sentidos de lugar e de diferença.

Marcadores de identidade têm sido utilizados para projetar eficientemente realidades locais em panoramas que atravessam e sobrepõem-se a fronteiras étnicas e territoriais, gerando intertextualidades que devem absorver as características de um mesmo código de, por assim dizer, contigüidade de vitrine (é o que ocorre, por exemplo, com a linguagem da moda). Ao mesmo tempo, eles habilitam cada participante (produtor ou intermediário) para a competição por clientes e oportunidades. A produção cultural mundializada propicia, desta forma, o enraizamento, no plano local, de *sentidos globais de lugar*, sentidos esses que dialogam,

deslocam e interagem com as representações de identidade, memória e tradição e com as práticas a elas associadas.

Nesse contexto, diferentes escalas e tessituras étnicas e sociais se entrecruzam; e isso ocorre de tal forma que realidades de certo modo *hiperlocais* (tais como aldeias indígenas, pequenas povoações entre outras) tornam-se indissociáveis da dinâmica sócio-econômica e política regional, estadual, nacional e global. Essa articulação supralocal afeta particularmente os grupos humanos que vivem em territórios identificados como atrativos exóticos para o turismo cultural, radical ou, como atualmente se denomina, com o *reality tourism*. Esta modalidade mais nova de entretenimento oferece a *hollidaymakers*, como define o seu site na web, a oportunidade dos visitantes conhecerem de perto a situação política de determinado país ou região e construir a sua própria visão sobre o conflito social.

Estudos críticos sobre o turismo e sobre práticas de salvaguarda do patrimônio (inclusive a formação de acervos e atividades educativas em museus) ainda são relativamente incipientes e, embora relevantes, eles freqüentemente se restringem a preocupações bastante localizadas e pragmáticas. Particularmente em face do que tem sido dito e feito a respeito do meio-ambiente, ainda é tímida a atenção dada às políticas de salvaguarda do patrimônio cultural e, em particular, o de natureza imaterial.

Tome-se como exemplos o artesanato, as formas de expressão tradicionais, as paisagens e sabores exóticos, em relação aos quais a atenção e os investimentos públicos e privados passam por uma fase de plena expansão. Em um contexto no qual a cultura tornou-se tão indissociável do mercado quanto ela esteve integrada à política nas décadas de 1970 e 1980, esses investimentos vêm estimu-

lando a atribuição de novos sentidos ao patrimônio cultural. Além dos valores documental, simbólico e afetivo até agora atribuídos a esses bens – ou talvez até mais do que eles –, o seu valor de mercado é o que emerge na crista da onda cultural contemporânea no Brasil e fora daqui.

Para identificar as forças em jogo na construção social dessas realidades, convém considerar, ainda que brevemente, um caso concreto. Tomo como exemplo a Festa de São Sebastião, que é a celebração popular tradicional mais importante em várias localidades do sul da Bahia, no contexto de um grande conjunto de empreendimentos culturais e comerciais implantados na região de Porto Seguro.

Com o recente aumento dos investimentos em turismo e em empreendimentos imobiliários, esta festa vem se tornando um dos principais atrativos turísticos dessa região e tem produzido um significativo aporte financeiro à economia local. Tradicionalmente, ela é uma celebração de pertencimento às comunidades locais e uma arena onde se encena e negocia prestígio. Em anos recentes, a população dessas vilas e povoados cresceu muito rapidamente e tornou-se mais complexa do que num passado recente, quando raramente encontravam-se aí forasteiros. Agora, a população local inclui novos residentes (principalmente jovens vindos das grandes cidades do País e do exterior), investidores imobiliários e comerciantes, visitantes regulares (que retornam a cada período de férias e participam ativamente da vida local), políticos, personalidades da mídia, publicitários e, mais recentemente, padres e pastores que passaram ou a questionar a celebração ou a disputar com os festeiros o controle das principais atividades e a organização da festa.

O que é interessante destacar neste caso relativamente freqüente é que, apesar das circunstân-

cias, o rito não perdeu o seu sentido de tradição. Os recém-chegados, desejando validar a sua condição de novos membros da comunidade, empenham-se para ter papel ativo na comemoração. Novas regras e critérios negociados entre “nativos” e “gringos” para a escolha de festeiros abriram – e ao mesmo tempo regularam – o espaço político da festa. E, para que os forasteiros pudessem ter acesso à condição de festeiros, dando sua contribuição material que se espera ser bastante superior à dos nativos, sem comprometer os costumes vigentes, estabeleceu-se que estes poderiam participar, não individualmente, mas integrando um grupo de “gente da terra”.

Contudo, a acomodação do costume às circunstâncias tem limite: alguns papéis específicos estão bloqueados aos forasteiros. Isso ocorre, no exemplo, com a preparação da comida, com a execução do samba de couro e de uma das danças, assim como a pintura da bandeira e do mastro. Estas atividades são prerrogativas de indivíduos considerados competentes e fiéis seguidores “dos antigos”, seus antepassados. Elas estão, portanto, vinculadas ao pertencimento a um dos grupos extensos de parentesco que formam o núcleo da comunidade nativa.

Este exemplo – que expressa uma realidade bastante familiar aos pesquisadores – tem algumas implicações importantes para o assunto focalizado neste ensaio. Desde logo, ele sugere que algumas práticas – ou melhor, alguns aspectos de determinadas práticas sociais (no exemplo, a preparação da comida, a execução da música, dança e pintura) – são menos permeáveis à inovação do que outras.

No exemplo, o fornecimento de bebidas e ingredientes para elaboração dos pratos, a confecção do mastro, a organização da procissão e da celebração na igreja são aspectos mais permeáveis da cele-

bração. Eles constituem esferas de atividades e relacionamentos sociais cujas fronteiras simbólicas, sendo mais porosas, criam pontes e portas que podem ser utilizadas para incorporar novos símbolos e novos atores. É preciso lembrar sempre que a cultura separa e junta, distancia e aproxima, constrói fronteiras e passagens, relacionando “uns” a “outros” segundo as regras de cada grupo social.

O exemplo também mostra que certas atividades são mais carregadas de sentidos de identidade do que outras. São estas as que conferem à performance cultural a condição de símbolo ativo da comunidade, espelhando o que o grupo considera ser a sua tradição. E são exatamente esses aspectos mais marcados e marcantes da vida, os entendidos como referências das identidades sociais, os que usualmente se encontram na mira das políticas culturais de modo geral e nas de patrimônio em particular.

Esta ambivalência dos chamados bens patrimoniais, que singularizam o grupo e seu território sem torná-los totalmente impenetráveis aos forasteiros, ou seja, permitindo que a inclusão social dos “de fora” se faça seletiva e condicionalmente, é um atributo-chave do seu valor de mercado. De fato, a credibilidade do diferencial de *marketing* constitutivo dos produtos com valor cultural agregado depende desses bens e serviços serem vivenciados pela população local e apresentados convincentemente ao público enquanto parte de culturas autênticas. Assim sendo, torna-se fundamental que festas tradicionais ocorram no lugar previsto – no exemplo, a grande praça quadrangular característica de alguns povoados onde estão situadas a igreja matriz e casas de antigas famílias festeiras. Mas o seu valor de troca depende da possibilidade de incorporar atores e símbolos exter-

nos; em outras palavras, atualizar-se, mantendo sua base de apoio na organização social e na cosmologia locais. Essa ambivalência é o que possibilita o uso do patrimônio como capital simbólico na produção de sentidos reconhecíveis e contínuos de lugar, tanto para um mercado em expansão, quanto para a comunidade local, pondo em marcha o assim chamado processo de reinvenção de tradições.

Isto dito, pode-se passar à questão da intervenção. Atualmente, são bastante frequentes, particularmente nas regiões menos desenvolvidas da Europa, programas de desenvolvimento humano e social que se apóiam na valorização de conhecimentos e formas de expressão patrimoniais, assim como na agregação de valor cultural a produtos de origem controlada. De modo geral, esses programas têm levado benefícios materiais, psicossociais (auto-estima) e políticos (inclusão social e cidadania) às suas populações-alvo. Portanto, é válido e mesmo desejável utilizá-los como inspiração ou adaptá-los à realidade brasileira, como tem ocorrido, por exemplo, nos programas de desenvolvimento local, integrado e sustentável.

No Brasil, ganham mais consistência ações e programas que visam a estimular a ampliação do mercado para os produtos derivados dessas práticas, assim como implementar mudanças técnicas, estéticas e gerenciais para que a produção responda mais eficiente e prontamente às demandas de um mercado ampliado. Essas ações integram projetos de instituições públicas e privadas voltados ao fortalecimento da inclusão social e ao aumento da renda do produtor.

Tais programas implicam, em primeiro lugar, a identificação de diferenças culturais e o desenvolvimento de diferenciais de mercado a partir dessas diferenças. Esses levantamentos se ocupam

tanto de práticas e conhecimentos vigentes quanto das que perduram e continuam a ser re-trabalhadas pela memória social. Eles incluem a identificação de executantes, mestres e aprendizes, assim como o registro dos seus conhecimentos e formas de expressão. Trata-se, portanto, de um trabalho de localização e identificação do que vem sendo denominado “tesouros” culturais, dos seus guardiões e de suas condições de reprodutibilidade.

O reconhecimento do valor cultural dos saberes e da expressividade consubstanciados nos objetos e eventos resultantes de práticas coletivas torna estes resultados objetos de interesse, tanto na esfera local quanto mais amplamente. Por essa razão, destaca-se hoje, uma vez mais, a urgência, sempre evocada pelos pesquisadores, de registrar e conservar o patrimônio – seja no particularismo do âmbito local, seja na escala mais abrangente das ações desenvolvidas pelas instituições públicas – como que numa tentativa de fixar no tempo as artes e ofícios difusamente desenvolvidos pelo engenho humano.

Cabe neste ponto esclarecer o que pode parecer uma contradição na base teórica deste raciocínio, cujas principais premissas derivam da concepção de que as identidades sociais e as fronteiras simbólicas são constantemente construídas, abandonadas e refeitas. Desse ponto de vista, para compreender a construção do patrimônio enquanto prática social, importariam não os resultados cristalizados nos objetos e calendários festivos e a sua conservação, não a conservação dos usos e costumes, mas a dinamização das condições sociais e históricas que configuram as suas condições de reprodução. Sabe-se, no entanto, que, em situações de crise e rápidas mudanças sociais – como aquela em que vivemos –, o que parece tornar-se mais vulnerável e passível de ser relegado ao esquecimento e

ao desuso não são tanto as coisas produzidas, elas mesmas, mas as competências e informações que esses objetos consubstanciam. Entretanto – e este fato deve ser mais valorizado pelos gestores –, é este o cabedal que, sendo re-trabalhado pelos especialistas locais, pode ou não se tornar um ativo (simbólico ou material) a partir do qual exploram-se estrategicamente as possibilidades e oportunidades políticas, humanas e materiais que podem se tornar acessíveis através das políticas públicas. As situações de crise parecem tornar ainda mais frágeis os já tênues mecanismos de transmissão dos saberes locais e a sua contínua atualização. Isto, de um ponto de vista externo à realidade considerada.

Contudo, de um ponto de vista interno à cultura e à experiência social, produto e processo são indissociáveis. As coisas feitas testemunham o modo de fazer e o saber fazer. Elas abrigam também os sentimentos, lembranças e sentidos que se formam nas relações sociais envolvidas na produção e, assim, o trabalho realimenta a vida e as relações humanas.

O cabedal produzido pelo trabalho de gerações de praticantes de determinada arte ou ofício é algo mais geral do que cada peça produzida ou executada, do que cada celebração realizada. É conhecimento; é tecnologia; é linguagem verbal, gráfica, cênica, coreográfica e musical; são visões de mundo coletivas e difusas. Mas, em contrapartida, encontra-se em cada obra ou na lembrança que se tem dela o testemunho do que alguém é capaz de fazer. O produto feito encerra a autoria individual e o fazer coletivo, a capacidade de repetir um gesto e de modificá-lo, mantendo viva – mas nunca idêntica – a tradição, já que, nas frases ditas, a linguagem se perpetua e constantemente se renova.

Em conclusão, segundo esta perspectiva de análise, entre os principais desafios que se colo-

cam para as comunidades participantes de projetos de salvaguarda e valorização do patrimônio cultural destacam-se:

- a conservação das condições materiais e ambientais necessárias à reprodução e ao desenvolvimento do seu patrimônio frente a uma demanda externa em expansão;
- o controle das formas costumeiras de transmissão dos conhecimentos e formação de novos executantes, uma vez que elas se estruturam segundo ordenações específicas das relações sociais (de gênero, entre gerações, hierarquias, instâncias de legitimação etc);
- o controle das mudanças provocadas pelas políticas sobre as diversas esferas da vida social (vida doméstica, política local etc);
- a defesa dos direitos de criação e autoria em face das características altamente competitivas do mercado envolvente;
- participação ativa nos inventários, formação de acervos e realização de registros onde se conservem, para gerações presentes e futuras, os conhecimentos acumulados, independentemente dos valores que lhes sejam atualmente atribuídos.

Mas, tudo isto considerado, resta um aspecto fundamental da questão: se ou não e como a comunidade local se organiza para interagir com as agências externas de desenvolvimento. Esta questão de natureza política, que não se esgota no plano institucional, tem sido central para a viabilidade e

eficácia das ações, tanto no caso dos programas de conservação integrada de sítios históricos, quanto na implantação de conselhos de desenvolvimento rural e em outras políticas de base territorial.

A razão da importância diferenciada desse aspecto da questão reside, sobretudo, no fato de que os impactos provocados pelas políticas de patrimônio – embora previsíveis – não podem ser antecipados por dedução, nem sequer estimulados ou evitados com segurança, uma vez que fatos novos poderão sempre gerar novos sentidos e lances inesperados. Além disso, a natureza e extensão dos seus efeitos dependem das fraturas e solidariedades que se formam na competição por recursos, assim como no freqüente conflito de interesses entre indivíduos e grupos. Em consequência, são extremamente variáveis os significados efetivamente atribuídos localmente às novas oportunidades, informações, compromissos e consciência de direitos propiciados pelas políticas públicas. Estas, quando eficientes, provocam turbulência, induzindo a formação de novas atitudes, valores e estruturas de relacionamento social.

Muitas vezes, a interação entre técnicos e comunidades depende da implementação de mudanças importantes nos referenciais políticos de ambos. Enquanto gestores de uma nova política de patrimônio cultural, que priorize os sentidos dos bens culturais para a população que os detém, que não esteja cega para o seu potencial para a melhoria das condições de vida dessa mesma população e o interesse dela em utilizá-lo para tanto, esse é um enorme desafio. Cabe-nos encará-lo de frente!

Antonio Augusto Arantes Neto – Antropólogo, formado na Universidade de São Paulo e doutor pela Universidade de Cambridge (Kings College), foi professor titular da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e colaborou com várias universidades brasileiras e estrangeiras. Presidiu a Associação Brasileira de Antropologia e o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico de São Paulo (CONDEPHAAT). Publicou diversos livros e artigos sobre cultura e política. É presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).